

“CAÇADOR DE MARAJAS” E OS “CARAS PINTADAS”: A participação do movimento estudantil no impeachment de Fernando Collor de Mello através do jornal Folha de São Paulo¹

JOYCE CRISTINE SILVA LOPES*
joyceloppes@gmail.com

Introdução

O governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) possui algumas particularidades, tais como: o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar, o mais jovem presidente eleito, o único a conseguir grande apoio da imprensa para sua campanha em 1989, apoio que o mesmo usou para construir sua imagem de jovialidade e de candidato capaz de levar o país a modernidade, além de ser o primeiro presidente a sofrer um impeachment (LATTMAN, 1994: 5). Em outras palavras, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após duas décadas da ditadura civil militar brasileira e também o primeiro a perder o mandato através de um impeachment. Destaca-se que a mesma imprensa que teve papel fundamental e sua eleição, também contribuiu de forma decisiva para seu afastamento.

Como já foi dito, a imprensa teve papel importante na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello. Durante a campanha de 89, o então candidato usa a imprensa para “collar” sua imagem jovial, que traz a marca dos processos mercadológicos da mídia. Sua imagem passa a ser vendida para atingir o imaginário popular que buscava um candidato que se adequasse ao padrão de um país pós - ditadura. Ou seja, o novo presidente deveria combater a corrupção que teria como um de seus elementos o marajáismo² que Collor já combatia desde a prefeitura em Alagoas. O candidato deveria estar disposto a tirar o país do subdesenvolvimento, além de ser corajoso e não estar inserido no jogo tradicional da política. Deveria também ter um passado limpo (CONTI, 1999: 97).

Fernando Collor passa a moldar sua campanha de acordo com o que a população brasileira esperava de um candidato. Faltava ainda atender às outras expectativas. Collor, então, começa a intensificar a aparição na imprensa, tanto em jornais quanto em revistas de circulação nacional, tentando consolidar sua imagem como o candidato da modernidade e da

*Graduanda da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Trabalho orientado pela profª. Drª Monica Piccolo. Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), financiado pela FAPEMA.

² Termo utilizado para designar a prática de contratar vários funcionários públicos para realizar uma mesma função.

jovialidade. Até mesmo no nome do partido criado por ele o PRN – Partido da Renovação Nacional, antigo PJ (partido da juventude), traz embutida a ideia de um novo começo. No que diz respeito ao passado limpo, o então candidato quando prefeito de Alagoas participou de alguns casos que não foram bem explicados. Como quando no último dia na prefeitura de Alagoas assina uma contratação de vários marajás (CONTI, 1999: 86). Ou ainda o acordo que assina com os usineiros que quebra o estado de Alagoas³ (CONTI, 1999: 146).

A relação de Collor com a imprensa era como uma via dupla. Enquanto conseguia visibilidade política abastecia a imprensa com notícias de impacto. Era polêmico, enérgico e o seu ar jovial o transformava em um típico galã. Na verdade, Collor usou muito mais os seus conhecimentos de sua formação em comunicação do que seus conhecimentos políticos para ganhar a eleição em 1989.

Assim, vence o primeiro turno e vai ao segundo com Luís Inácio Lula da Silva que muito se difere do presidente eleito em 2002, Nesse ponto há que se citar a diferença de ambos em relação à forma como os dois candidatos explanam os meios de comunicação. Enquanto Collor estava sempre sorridente e bem vestido, Lula não gostava de tirar fotos e estava sempre com uma aparência mais despojada. Também era polêmico, mas não tinha tanto carisma quanto o caçador de marajás

³ No ultimo dia na prefeitura de Alagoas, em maio de 1982, Collor assina uma autorização para a contratação de 5 mil funcionários na fundação educacional de Maceió, Femac. E ao contemplar a fila de funcionários registrando-se na fundação, Collor confia a José Barbosa de Oliveira que todos seriam votos para ele. Ou seja, Collor estava contratando marajás que o mesmo dizia combater. (CONTI, 1999:86). Em relação ao acordo com os usineiros, durante quinze anos os governos estaduais receberam o imposto cobrado por circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre a cana de açúcar plantada nas terras das usinas. Como consideravam que a cana era própria, ou seja, não circulavam fora das usinas, os usineiros entraram na justiça pedindo a inconstitucionalidade da cobrança. Em 1987 o Supremo Tribunal Federal lhes deu ganho de causa e ordenou que cessasse a cobrança. mas os usineiros queriam ainda a devolução do ICMS já pago. PC Farias encomenda um parecer ao jurista Ives Gandra Martins pró- usineiro, e o governo alagoano pediu um segundo parecer ao advogado Geraldo Ataliba, que concorda com Gandra. Então Collor decide assinar o acordo com a cooperativa dos usineiros e informou os seus termos ao procurador geral de Alagoas, Daniel Brandão, que diz a Collor que o acordo era lesivo e que o melhor a fazer era deixar que o processo se arrastasse na justiça. O tribunal de contas de Alagoas decidiu que os cálculos dos juros do acordo levava o estado a pagar um terço a mais do devido. Como o estado não tinha meios para pagar, combinou-se que os usineiros não recolham os impostos estaduais. A isenção também foi estendida às empresas coligadas às usinas. Ou seja, a isenção deu-se às empresas de aviação, concessionárias de veículos, fabricas, postos de gasolina e butiques das mulheres dos usineiros. Assim, em 1987 os usineiros eram responsáveis pela arrecadação de 60% dos impostos em Alagoas, cinco anos depois, contribuíam com menos de 3%. (CONTI, 1999: 146)



Disponível em: [WWW. Noticias.terra.com.br](http://WWW.Noticias.terra.com.br)



Disponível em: WWW.jornaldelondrina.com.br

Desse modo, Fernando Collor de Mello toma posse em março de 1990. No controle do estado restrito⁴ continua a divulgar a imagem de presidente jovem e esportista, moderno e carismático. No entanto, a chefia de um país vai além de uma imagem. O “fenômeno Collor” tinha um problema maior que o marajaísmo para resolver, a inflação. Para tanto, implementa o Plano Collor, que consistia em adotar medidas de choques para tentar controlar a inflação. Desse modo, o cruzeiro volta a ser moeda oficial, os saques das poupanças e das contas correntes são reduzidos a no máximo Cr\$ 50 mil, ficando o saldo restante retido pelo Banco Centro pelo prazo de 18 meses, o aumento dos preços é proibido e é adotado o câmbio flutuante, ainda foram excluídos 24 organismos estatais⁵. A despeito do confisco da poupança, os preços de alguns produtos congelados começam a ser liberados já a partir de maio. Além disso, o governo anuncia a demissão de 360 mil funcionários públicos, mas apenas 10 mil acontece de fato. (ALMEIDA, 2010: 28). Nos primeiros meses a inflação foi controlada, mas voltou a subir. Ao mesmo tempo, começam a aparecer os primeiros escândalos envolvendo os

⁴ A concepção de Estado utilizado nesse trabalho é a de Antonio Gramsci, Estado ampliado que é o equilíbrio entre sociedade civil (conjunto de organizações responsáveis pela elaboração das ideologias) e sociedade política (Estado em sentido restrito ou estado coerção). ()

⁵ Entre eles: siderúrgica brasileira (SIDERBRÁS), instituto do açúcar e do álcool (IAA), Instituto brasileiro do café (IBC). (ALMEIDA, 2010: 28)

ministros do governo⁶, nos primeiros meses de 1992 Collor promove uma reforma ministerial com o objetivo de ampliar sua base política com ministros do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL) além de ser uma tentativa de se recompor politicamente (ALMEIDA, 2010: 29). No entanto, a tentativa não foi bem sucedida, uma vez que as denúncias feitas pelo seu irmão a revista veja, em que afirma que Paulo Cesar farias era testa de ferro de Fernando Collor em negócios ilícitos. Um desses projetos seria relançar o jornal Tribuna de Alagoas, que seria impresso (VEJA, 25 de maio de 1992).

O outro protagonista da história política narrada em 1992, o movimento estudantil do país, suscita discussões contraditórias. Há estudiosos que acreditam que o movimento estudantil dos chamados “Caras Pintadas” foi uma construção da mídia, como no artigo “*Os media e a construção dos caras pintadas*” em que o autor procura discutir como os caras pintadas foram construídos, descritos e narrados pelos veículos de comunicação, com o intuito de transformar os assuntos relacionados à vida política do país em algo atrativo para o grande público. O autor, Thales Torres Quintão, graduado em ciências sociais pela PUC – Minas atribui à mídia total responsabilidade sobre o movimento estudantil, segundo o mesmo “a mídia altera as práticas políticas” (QUINTÃO, 2010: 103). Nesse caso, a alteração foi de forma positiva uma vez que a população estava saturada com as práticas de corrupção do então governo. Era preciso uma moralização política. O que mostra a eficácia do discurso do caçador de marajás durante a sua campanha presidencial, uma vez que apostava na moralização política para ser eleito.

Já a autora de “*De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*”⁷, Ann Mische, defende que a participação política dos estudantes está relacionada aos meios em que estão inseridos. Não compartilha do ceticismo que atribui o fenômeno dos “Caras Pintadas” somente à manipulação da mídia ou de partidos políticos (MISCHE, 1997, p. 138). Uma diferença significativa ente os estudantes de 1968 e os de 1990 e que os de 68 estavam restritos aos centros universitários enquanto centros culturais e políticos. Três décadas depois,

⁶ Zélia Cardoso de melo, ministra da economia, é substituída por marcélio marques em função de ter vazado informações sobre a suspensão das exportações de café; Rogério Magri, ministro do trabalho é denunciado pelo fato de receber duplo salário, no ministério e da Eletropaulo, além de ter conhecimento sobre fraudes na previdência; denúncias contra Rosana Collor na presidência da legião brasileira de assistência (LBA); Alicine Guerra, ministro da saúde, é indicado pela polícia federal por prevaricação; (ALMEIDA, 2010: 29)

⁷ Artigo que faz parte da tese de doutorado defendida na New School for Social Research, Universidade de Columbia.

os jovens enfrentam outra configuração uma vez que as universidades já não se constituem como centro de vida cultural e política juvenil. Ou seja, ser jovem não está restrito à condição de estudante. Abarca a vida fora das universidades, abrangendo outros setores, como no trabalho, nas casas noturnas, nos bairros e ruas, em outros centros de cultura e sociabilidade. (MISCHE, 1997: 143). Essa particularidade da atuação dos jovens na década de 1990 acabou por conferir grande importância às manifestações pelo impeachment em 1992.

Na tentativa de mapear o significado da atuação do movimento estudantil na crise política que levou ao afastamento do então presidente Collor, serão analisados a seguir, os impressos do Jornal Folha de São Paulo ao longo do ano de 1992. A opção pela FSP justifica-se pela importância nacional do jornal e também pelas especificidades das relações entre o presidente eleito e o jornal de maior circulação no país.

“O Caçador De Marajás” e os “Caras Pintadas”

No controle do estado restrito, Fernando Collor de Mello permaneceu até o dia 30 de setembro, quando a câmara dos deputados autorizou a abertura do processo de impeachment por 441 votos a favor e apenas 38 contra. No entanto o “começo do fim” pode ser datado no momento em que seu irmão Pedro Collor, através de uma entrevista publicada na revista veja no dia 25 de maio de 1992, em que o irmão do presidente nacionalizou as denúncias de envolvimento do Presidente com o esquema de corrupção comandado por Paulo Cesar Farias, conhecido simplesmente como PC, tesoureiro de sua campanha em 89.

Durante a campanha, Paulo Cesar Farias passou despercebido pela grande imprensa. Pagava os gastos da campanha e os salários da equipe “collorida”. Houve casos de assessores que tiveram despesas de escola para os filhos e de supermercado pagas pelo tesoureiro. O mesmo não era conhecido pelo grande publico, mas em Alagoas sabia-se o que ele fazia e sua importância para a campanha de Collor. (CONTI, 1999: 293-294)

No livro “*Noticias do Planalto: a Imprensa e Fernando Collor*”, Mario Sergio Conti, se propôs a detalhar a relação da imprensa com Fernando Collor e seus aliados. Mostrar como agiam os jornalistas e seus aliados e os laços estabelecidos com o poder político e as redações da grande imprensa. Durante a segunda parte do livro o autor narra uma conversa que teria

ocorrido entre Paulo Cesar⁸ e o eleito presidente sobre o dinheiro arrecadado durante a campanha. PC teria dito a Collor que arrecadou 160 milhões de dólares e desses sobraram 60 milhões⁹. Teria perguntado o que deveria fazer com o dinheiro. O presidente eleito pede para que o tesoureiro administre o dinheiro com os gastos durante o período de transição e guarde o resto para serem usados durante a eleição do ano seguinte, uma vez que precisaria de uma bancada forte e de governadores que apoiassem o seu governo. (CONTI, 1999: 294)

Paulo Cesar administrou bem o dinheiro arrecadado. Entre março e agosto usou cheques de suas empresas para transferir boa parte do dinheiro para conta de pessoas próximas a Collor, como sua ex- mulher, secretários e assessores, além de pagamento de despesas da casa do presidente. (CONTI, 1999: 295)

Desse modo, PC Farias estava envolto em sonegação de impostos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Foram essas as denúncias que Pedro Collor fez a grande imprensa em maio de 1992. Mas o que levou Pedro Collor a fazer denúncias contra o próprio irmão? Inveja? Dissidências familiares? Ciúmes? Talvez tenham sido todos esses sentimentos juntos, uma vez que Pedro Collor esperava mais representação com o irmão eleito presidente, o que não aconteceu. Queria ter o seu próprio espaço e não ficar apenas na sombra de um irmão carismático, esportivo e jovial.

Em meio a essa intensa crise política, fortalecida pelas denúncias de Pedro Collor, fortaleceram-se os movimentos contra hegemônicos¹⁰. Avolumam-se as recorrentes denúncias

⁸ Ao investir 2 milhões de dólares na campanha de Fernando Collor de melo, Paulo Cesar faria externou três características essenciais: o pendor pela aventura, a vontade de apostar e ganhar, e uma autoconfiança irrefreável. Confidenciou ao irmão Luis Romero, em abril de 1989, que Collor seria presidente e que já estava providenciando a campanha e que iria investir tudo que tinha menos as empresa, por que tinha certeza que Collor seria eleito. (CONTI,1999: 284)

⁹ os valores arrecadados por PC durante a campanha teriam sido obtidos através de formação de clubes com três categorias de sócios “numa delas, composta de vinte empresários, pediria 1 milhão de dólares a cada um dos integrantes. A dez empresários pediria 3 milhões de dólares. De cada um dos cinco empresários (...) obteria 10 milhões de dólares. (CONTI, 1999: 289)

¹⁰ Luta contra uma hegemonia estabelecida, ou seja, um projeto antagônico de classe, em relação à hegemonia burguesa. uma luta que objetiva a construção de uma nova hegemonia, e que por isso, corresponde a um projeto de classe distinto. E certo ponto da sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.(CADERNOS DO CARCERE, Caderno 13, 1932-1934: 60)

de corrupção, de lavagem de dinheiro e envolvimento com PC Farias na mídia, um aparelho privado de hegemonia.¹¹

No jornal Folha de São Paulo de 10 de agosto de 1992, na manchete “*PF decide citar Collor no inquérito sobre PC, polícia também interroga em São Paulo a secretária Ana Acioli.*” fica claro a suspeita de veracidade das denúncias já que a polícia federal tinha em mão os cheques fantasmas recebidos por Collor para pagamento de suas despesas por seu ex-tesoureiro de campanha (Folha de São Paulo, 10/08/1992). No depoimento, a secretária, que também teve depositado em sua contas dinheiro ilegal, mostra cópias de contratos na intenção de defender e provar que Collor não tinha envolvimento e nem precisava que Paulo Cesar Farias pagasse suas despesas. Ao lado dessa matéria, na coluna “*Painel*” a folha ironiza a situação do presidente com uma nota sobre sua festa de aniversário, na Casa da Dinda: “*Pelo menos um fantasma participou ontem da festa de Collor (...) não era nenhum dos que povoavam o inquérito da Collorgate, mas o ator Fabio Junior, que interpretou o fantasma de Jorge Tadeu em Pedra sobre Pedra.*” (Folha de São Paulo, 10/08/1992)

Em cima dessa nota uma charge de um fantasma com o rosto do que ator Fabio Junior. Tal nota exemplifica qual era a relação de jornal com Fernando Collor. Uma relação de insinuações, além de reportagens com tons irônicos por parte do jornal e atitudes abusivas por parte do Presidente. Durante a campanha a Folha fez algumas denúncias e críticas ao candidato que, quando eleito, mandou a Polícia Federal invadir o prédio do jornal. Essa guerra fica bem clara quando se faz uma análise dos jornais do mês de agosto, quando as manifestações caminham junto às investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, formada para averiguar as denúncias de corrupção.

No dia 12 de agosto de 1992, a Folha de São Paulo noticia “*Governo tenta barrar relatório da CPI.*” E logo abaixo da manchete: “*passeata organizada por estudantes em São Paulo reúne mais de 10 mil a favor do impeachment*”. Nessa matéria aparece uma discordância de dados. Enquanto os organizadores dizem que o movimento reuniu 20 mil pessoas, a Polícia Militar afirma que o ato reuniu apenas 10 mil pessoas. O que demonstra o movimento contra Collor mais fortalecido, uma vez que a reunião de 10 ou 20 mil pessoas

¹¹ Para Antonio Gramsci os aparelhos privados de hegemonia são os portadores materiais da sociedade civil, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (COUTINHO, 1989: 77)

não exige o fato de ser um número considerável de pessoas contra o governo e a favor de uma moralização política. Na matéria também aparecem as primeiras fotos de estudantes com os rostos pintados.

Quando se imaginava que os anos rebeldes estavam confinados a um enredo de minissérie ¹², uma nova geração estudantil superou a ficção e decidiu caminhar novamente contra o vento. Ao som de “alegria, alegria”, os novos ‘teens’ da rebeldia deram as caras ontem em São Paulo - agora pintadas para a guerra. (Folha de São Paulo, 12/08/1992)

Depois dessa manifestação, que gerou surpresas e acentuou as discussões sobre a crise política que se instaurava no país, Collor faz um chamado para que a população saísse às ruas demonstrando apoio ao governo “Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo” (Folha de São Paulo, 14/08/1992). No dia 15 de agosto de 1992, depois do pedido de Collor, a Folha intima a população a usar preto e faz uma tentativa de mostrar os dois lados, abaixo da frase “Use preto em protesto”. O jornal mostra uma senhora que apoiava Collor segurando uma foto do presidente afirmando que também colecionava uma foto de Sarney. O interessante nesse ponto é que a dona Maria de Fátima Moreira disse que gostava de Sarney e, no entanto votou em Collor que fazia críticas ferozes ao governo de ex-presidente durante a campanha. Do lado da foto da senhora, há ainda a frase de um funcionário da Caixa Econômica Federal, Rubens Paiva filho que diz “Collor pediu um domingo colorido e eu trouxe uma sexta-feira negra para ele”, em protesto na frente do planalto. (Folha de São Paulo, 14/08/1992).

Nessa mesma edição a manchete “Rio faz maior ato pelo impeachment; Collor usa Caixa na guerra das cores”: “Para tentar impedir o fracasso da operação verde-amarelo o governo usa recursos públicos. A Caixa determinou que suas agências sejam enfeitadas com as bandeiras, e que os clientes sejam presenteados com brindes nas cores nacionais.” (Folha de São Paulo, 14/08/1992). O ato no Rio de Janeiro aconteceu no dia 14 de agosto e reuniu,

¹² Minissérie exibida na rede globo entre 14/07 a 14/08 de 1992. A trama é ambientada no Rio de Janeiro, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1979, sob a ditadura civil militar. A minissérie aborda o conflito entre individualismo e consciência de classe. (dicionário da TV globo, 2003:343)

segundo seus organizadores, em torno de 25 mil a 50 mil pessoas. Já a Polícia Militar falava em apenas 10 mil pessoas.

Essas atitudes de Collor só mostram o desespero que começa a se instaurar no governo. Os “Caras Pintadas” traziam, além de cor às páginas dos jornais, a indignação da população referente à situação. A política nacional virou um espetáculo em que os papéis de mocinhos e vilões estavam já bem definidos, depois de reviravoltas. Assim como em uma trama televisiva. A cada dia era um novo capítulo nas páginas dos jornais.

Ainda na edição de 15 de agosto, o editorial intitulado “Luto”, a Folha critica a atitudes de Collor:

Num misto de exaltação e desespero, o chefe de um governo atolado no escândalo dirige nova e arrojada afronta a opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato. (...) os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se usurpados por um presidente sem condições de governar. (Folha de São Paulo, 14/08/1992).

E evidente no trecho acima a indignação dos editores da Folha em relação às atitudes do presidente, bem como a chance que a FSP aproveita para inflamar na população a ideia de manipulação que Collor tenta com a “operação verde-amarelo”. A Folha de São Paulo se faz da mesma estratégia.

No dia 16 de agosto de 1992, dia em que Collor marca para que a população demonstre seu apoio, a Folha de São Paulo convoca a população mais uma vez para a batalha das cores, dando o lugar e as coordenadas para a população vestir preto e se encaminhar para o parque do Ibirapuera. E como já se esperava, o apelo de Collor fracassou.

Na edição de 17 de agosto de 1992, o jornal mostra fotos de pessoas vestidas de preto e de rostos pintados, que atenderam ao clamor pela efetiva redemocratização e moralização da política brasileira.

As manifestação pró-impeachment se estenderam até o dia do julgamento. Uma pesquisa feita pela Datafolha, publicada em 16 de agosto, ocorrida em 11 capitais do país revelou que a grande maioria da população, cerca de 70%%, queria que o Congresso Nacional aprovasse o impeachment (Folha de São Paulo, 16/08/92). Nesse momento, nem o carisma, nem a popularidade de Fernando Affonso Collor de Mello eram mais os mesmos. O presidente em nada lembrava o candidato carismático, jovem e confiante de 1989.

Com a chamada “*vitoria da democracia*” e a manchete “*Impeachment! Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita resultado e Itamar assume hoje.*” Na matéria, um resumo dos acontecimentos e do governo Collor e ainda os números das pessoas que foram as ruas das principais capitais brasileiras para acompanhar a votação que foi televisionada. As manifestações em 17 cidades somaram 500 mil pessoas nas ruas. Em São Paulo, 120 mil estavam no Anhangabaú; em Brasília 100 mil foram para frente do congresso (Folha de São Paulo, 30/08/1992).

O movimento estudantil em 1992, diferente de três décadas atrás, conseguiu inflamar a população brasileira com suas ideias de mudança¹³. Usou contra Fernando Collor as armas do jogo que ele mesmo criou. A cartada moralizadora, que Collor tanto exaltou durante a campanha presidencial de 1989, fora usada contra ele. Assim como os meios de comunicação, com quem mantinha relação direta. Juntaram-se aos estudantes e formaram o movimento contra hegemônico que culminou na crise de hegemonia¹⁴, o impeachment. A nação brasileira depositou em Fernando Affonso Collor de Mello a esperança de renovação e democratização. Como as expectativas não foram alcançadas, nada mais justo que a população, identificasse no movimento estudantil, que nesse ponto age segundo Gramsci como partido político, um grupo de indivíduos capaz de organizar a vontade coletiva, retirando do poder o primeiro presidente eleito após duas décadas de regime militar.

Considerações finais

A conjuntura política de um país pós-ditadura militar pedia um candidato com discurso de renovação, de democratização, que conseguisse o apoio popular e para renovar a esperança de um povo já cansado dos desmandos, dos escândalos e dos confrontos. Esse candidato deveria ser carismático, jovem, corajoso e ter um passado limpo ou mesmo um passado que não fosse conhecido pelo grande público.

¹³ O movimento estudantil nessa prerrogativa age como partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (CADERNOS DO CÁRCERE, caderno 13, 1932-1934: 16)

¹⁴ Crise de hegemonia ocorre, segundo Antonio Gramsci, porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso da grande massa que passa subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresenta uma revolução. (CADERNOS DO CÁRCERE, caderno 13, 1932-1934: 60)

O candidato que conseguiu melhor se enquadrar nesse perfil foi Fernando Collor de Mello. Com o discurso de moralização, de modernização de combate aos marajás, e o passado de corrupção que era conhecido apenas em Alagoas, tais motivos somados ao apoio de alguns veículos da mídia que ignoraram os escândalos do governo Collor na prefeitura de Alagoas e focaram no carisma do candidato e na sua jovialidade. Collor consegue chegar à presidência da república como um fenômeno.

Todavia, a população brasileira que fez o seu papel e elegeu o seu presidente, foi às ruas exigir o afastamento de Collor, exercendo de fato a cidadania e a participação política que vai além de apenas votar. Cobrar de seus dirigentes também e de suma importância para se manter a democracia de um país.

Durante 92, as condições e relações sociais eram diferentes. A geração “shopping Center” surpreendeu o país a liderar o movimento que desencadearia a saída do presidente do Cargo de primeiro mandatário da nação. Fez com que pensadores de varias áreas, tanto historiadores, cientistas políticos ou sociólogos da educação, começassem a levantar questões sobre a participação dos jovens na vida política do país.

Fontes

Jornal Folha de São Paulo de 10 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 12 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 14 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 15 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 16 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 17 de agosto de 1992;

Jornal Folha de São Paulo de 30 de setembro de 1992;

Disponíveis em: [HTTPS: WWW. acervo.folha.com.br](https://www.acervo.folha.com.br). acessado em 18 de março de 2013.

Revista veja de 25 de maio de 1992;

Disponível em [HTTPS: veja.abril.com.br](https://veja.abril.com.br) acessado em 26 de março de 2013

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil:** a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de doutorado defendida na universidade federal fluminense, instituto de ciências humanas e filosofia. Niterói, 2010.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto:** a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Cia das letras, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci.** Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de janeiro: campus, 1989.

DICIONARIO DA TV GLOBO, **Programas de dramaturgia e entretenimento:** projeto memória das organizações globo. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FRANCESCHINI, L. **marajás e caras pintadas:** a memória do governo Collor nas páginas de o Globo. Disponível em: [HTTP:// WWW.achegas.Net/numero/dozequiz_felipe_12.htm](http://www.achegas.net/numero/dozequiz_felipe_12.htm).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 13 (1932-1934):** breves notas sobre a política de Maquiavel. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010

LATTMAN- WELTMAN, Fernando. RAMOS, Plínio de Abreu. CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente:** o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1994.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos:** redes de jovens e participação política. Tese de Doutorado defendida na New School for Social Research, Universidade de Columbia, 1997.

QUINTÃO, Thales Torres. **Os medias e a construção dos caras pintadas.** In. Revista *Todavia*, ano 1, nº 1, jul 2010, p. 103-117.